



Demonstrações Financeiras

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

31 de dezembro de 2025 e 2024

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Relatório da administração

Companhia

A AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A. (AMBIENTIS) busca oportunidades de investimento e de administração de projetos estruturados de destinação final, tratamento, valoração e aproveitamento energético de resíduos, sempre com o compromisso de preservar o meio ambiente, num quadro de sustentabilidade econômica e social.

A Companhia atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento, valorização e aproveitamento energético de resíduos, e enxerga potencial de expansão no setor através de novas tecnologias, projetos estruturados, aquisições e parcerias estratégicas.

A AMBIENTIS atualmente possui participações de 49,00% na VIASOLO Engenharia Ambiental S.A. (VIASOLO); 33,33% na ESSENCIS MG Soluções Ambientais S.A. (ESSENCIS MG) e 27,50% na Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (CMTR).

A AMBIENTIS permanece integrada à BMPI Infra, holding de investimentos com foco no setor de infraestrutura e ampla experiência nos segmentos de saneamento, ambiental, transporte e logística, energia, infraestrutura social e real estate. Nesse contexto, o impacto positivo de sua atuação sobre a qualidade ambiental, a saúde pública, os níveis de atendimento e a sustentabilidade do setor de resíduos reflete uma cultura empresarial pautada pelo rigor, pela transparência, pelo profissionalismo e pelo conhecimento técnico de sua equipe.

Desempenho

No exercício de 2025, o resultado permaneceu aderente ao Plano de Negócios da Companhia, com os esforços direcionados ao desenvolvimento e à operacionalização dos investimentos em curso. Alicerçada em elevados padrões éticos e na disciplina de capital, a Companhia busca seguir agregando valor ao seu portfólio atual.

No que se refere à operação, manutenção e administração das empresas investidas, o ano de 2025 foi marcado pela continuidade do processo de consolidação das operações, com foco no aprimoramento da gestão, dos processos, dos sistemas e, especialmente, na capacitação e no bem-estar das pessoas. A Administração da AMBIENTIS e de suas investidas analisou os riscos e as incertezas relacionados à condução de cada um dos negócios, não tendo sido identificados impactos relevantes que demandassem ajustes nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Nos aspectos financeiros, em comparação com 2024, a investida ESSENCIS MG destacou-se em 2025 pelo crescimento das receitas e pela expansão do lucro bruto, refletindo maior eficiência operacional. Esse desempenho permitiu à Companhia alcançar lucro líquido de R\$ 8,1 milhões em 2025. Adicionalmente, a investida apresentou robusta geração de caixa operacional, totalizando R\$ 21,1 milhões no período, além de realizar investimentos relevantes, voltados à manutenção da solidez operacional, à implementação de melhorias operacionais e à sustentabilidade de suas operações.

DS BCS DS Rubrica GB DS FB

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

No âmbito da investida VIASOLO, o exercício de 2025 representou um período de reorganização, marcado pela descontinuidade de operações menos aderentes ao planejamento estratégico da Companhia. Em decorrência desse movimento, a receita líquida apresentou retração em relação a 2024, passando de R\$ 97,3 milhões para R\$ 89,1 milhões, e o lucro líquido, que somou R\$ 7,3 milhões no exercício, foi impactado pela redução da receita e pelos custos e despesas associados à desmobilização dessas operações.

No que se refere à CMTR, os esforços se mantiveram concentrados no reposicionamento estratégico da Companhia nos mercados público e privado de destinação final de resíduos.

Receitas

A empresa, por ser uma holding de investimentos no setor de resíduos, não possui receitas diretas auferidas no período. Desse modo, não houve nenhuma receita no exercício de 2025.

Equivalência Patrimonial

Como reflexo do desempenho operacional de suas investidas, a Companhia registrou, em 2025, redução no resultado de participações societárias em comparação com 2024. Tal variação decorre, principalmente, do desempenho da investida VIASOLO, cujo resultado foi inferior ao observado no exercício anterior, em razão da menor receita, decorrente da descontinuação de determinadas operações, bem como das despesas associadas à respectiva desmobilização. Em consequência, o resultado de equivalência patrimonial da Companhia totalizou R\$ 6.207 mil em 2025, montante 19,7% inferior aos R\$ 7.725 mil apurados em 2024.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado no exercício de 2025 apresentou redução em comparação ao exercício anterior. Esse desempenho decorreu, principalmente, da diminuição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, bem como da utilização de recursos anteriormente aplicados, em atendimento às necessidades de caixa ao longo do período.

Lucro Líquido

Em 2025, a AMBIENTIS apurou lucro líquido de R\$ 6.214 mil, montante inferior aos R\$ 8.603 mil registrados em 2024. Conforme exposto anteriormente, a formação do lucro líquido da Companhia foi influenciada, preponderantemente, pelo resultado de equivalência patrimonial de suas investidas VIASOLO e ESSENCIS MG.

Compliance

A AMBIENTIS possui, e dissemina ativamente junto de suas Investidas, um Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno dotado de mecanismos de integridade, em consonância com o cumprimento das leis, com requisitos e recomendações desenvolvidos pela Organização Internacional de Normatização - ISO, com tolerância zero a atos de corrupção, suborno, lavagem de dinheiro, discriminação e comportamentos antiéticos.

DS BCS DS GB Rubrica DS FB

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Em sua governança corporativa, a AMBIENTIS estabeleceu que o Sistema de Gestão exerce reporte direto para o Conselho de Administração de sua acionista, que cabe determinar as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os diretores, conselheiros e acionistas. Os mecanismos do Sistema de Gestão visam consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética, da integridade, da tolerância zero ao suborno e mitigação de riscos.

A AMBIENTIS segue consolidando e ratificando o cumprimento dos requisitos legais e legislação aplicável e demonstrando, para os seus concorrentes, clientes, parceiros e stakeholders, a importância de um mercado mais íntegro e ético.

DS BCS DS GB Rubrica DS FB

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	103	36
Tributos a recuperar		11	70
Partes relacionadas	5	4.619	2.211
Total do ativo circulante		4.733	2.317
Não Circulante			
Créditos a receber	4	3.765	3.765
Partes relacionadas	5	7.085	1.033
Imposto diferido		14	15
Investimentos	6	77.210	79.463
Total do ativo não circulante		88.074	84.276
Total do ativo		92.807	86.593
Passivo			
Circulante			
Total do passivo circulante		-	-
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	453	453
Partes relacionadas	5	3.530	1.530
Total do passivo não circulante		3.983	1.983
Patrimônio Líquido			
Capital social	8	6.133	6.133
Adiantamento para futuro aumento de capital		533	533
Reserva de ágio		41.015	41.015
Reserva de lucros		41.143	36.929
Total do patrimônio líquido		88.824	84.610
Total do passivo e patrimônio líquido		92.807	86.593

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas gerais e administrativas	9	(3)	(61)
Resultado de participações societárias	6	6.207	7.725
Outras receitas e despesas operacionais	10	-	1.343
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		<u>6.204</u>	<u>9.008</u>
Resultado financeiro líquido	11	13	34
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>6.217</u>	<u>9.041</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7.b	(3)	(438)
Lucro líquido do exercício		<u>6.214</u>	<u>8.603</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício		<u>6.214</u>	<u>8.603</u>
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultados abrangentes		<u>6.214</u>	<u>8.603</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros		Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Resultado do exercício	Total
			Reserva de capital	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	6.133	41.015	1.227	27.099	-	75.474
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	533	533
Resultado do exercício		-	-	-	-	8.603	8.603
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	8.603	(8.603)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8	6.133	41.015	1.227	35.702	533	84.610
Resultado do exercício		-	-	-	-	6.214	6.214
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	4.660	(4.660)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.554)	(1.554)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	(446)	-	(446)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8	6.133	41.015	1.227	39.916	533	88.824

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DS BLS DS A Rubrica FB DS

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes dos impostos		6.217	9.041
Resultado de participações societárias	6	(6.207)	(7.723)
Ganho de capital na alienação de investimentos	10	-	(1.343)
		10	(25)
(Aumento) / redução dos ativos operacionais			
Tributos a recuperar		57	(15)
		57	(15)
(Redução) dos passivos operacionais			
Obrigações tributárias	7	-	(2)
		-	(2)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais		67	(42)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	6	-	264
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		-	264
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para Aumento de capital	8	-	533
Partes relacionadas	5	-	(973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	6	-	(440)
Aumento / (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		67	(218)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3	36	254
No final do exercício	3	103	36
Aumento / (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		67	(218)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A (“Companhia”) é uma holding de investimentos e participações focada no setor de Resíduos, situada na Rua Paraíba, 1.124 - sala 02 – Bairro Savassi – Belo Horizonte – MG, com início de suas operações em março de 2015. A Companhia participa do Setor através de suas investidas, com especial foco nas vertentes de tratamento e gerenciamento, valorização e destinação final de resíduos, públicos e privados.

1.1 Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar (“PLP”) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma Tributária, posteriormente sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar (“LC”) 214/2025.

Em 22 de dezembro de 2025, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar (“PLP”) 108/2024, com sanção pela Presidência da República, em 13 de janeiro de 2026, na Lei Complementar (“LC”) 227, onde foi instituído o Comitê Gestor do IBS, dentre outras disposições tributárias.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. A companhia implementou as ações necessária para atendimento às obrigações acessórias previstas para o ano de 2026. Os demais impactos da Reforma, nas atividades e na apuração dos novos tributos, serão plenamente determinados na evolução do processo de regulamentação das legislações mencionadas anteriormente. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.3. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 15 de abril de 2026.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$(Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

2.4 Novas normas e interpretações de normas avaliadas e implementadas nas demonstrações contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- a) *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As alterações estabelecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio à vista quando não há convertibilidade. Além disso as alterações também exigem a divulgação de informação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o impacto da falta de conversibilidade no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial*

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 incorpora a possibilidade de aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo a recente alteração das normas internacionais, que passaram a permitir essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência alinha as práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma anteriormente vigente, limitando-se a ajustes de redação e atualização de referências normativas.

As alterações vigoram para os períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

após 1º de janeiro de 2025 e não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras*

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congradadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

b) *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações*

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras.

c) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações incluem:

- Esclarecimento de que a baixa de um passivo financeiro ocorre na “data de liquidação”, além da introdução de uma opção de política contábil que permite dar baixa em passivos liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes dessa data, desde que atendidos requisitos específicos;
- Orientação adicional sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que possuam características relacionadas a fatores ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) ou semelhantes;
- Esclarecimentos sobre o conceito de “características sem direito de regresso” e sobre as funcionalidades dos instrumentos contratualmente vinculados;

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros que dependam de eventos contingentes, bem como ampliações das exigências de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

c) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros--Continuação*

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

d) *Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11*

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão sobre as demonstrações financeiras.

e) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais*

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de
- hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

2.6 Principais práticas contábeis

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores, depósitos judiciais e outros ativos.

Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI").

Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, e espera-se que sejam utilizados pela Companhia no intervalo de três meses ou menos.

(b) Créditos a receber

Os créditos a receber representam valores devidos à empresa por clientes, fornecedores ou outras partes, decorrentes de transações comerciais e operacionais. Estes valores são classificados no ativo circulante ou não circulante, dependendo do prazo esperado para sua realização.

(c) Investimentos

Nas demonstrações contábeis os investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. As participações societárias da Companhia estão apresentadas à nota explicativa 2.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo, e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação.

(d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- Imposto de renda pessoa jurídica: a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240 mil;
- Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar às entidades fiscais.

Tributos sobre o lucro - diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

(e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia não é parte em processos judiciais, cuja estimativa de desembolso provável de recursos financeiros é provisionada de acordo com a estimativa de seus assessores jurídicos.

(f) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

(g) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para o ativo ou passivo; e
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

2.7 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou, também, em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	11	1
Aplicações financeiras (a)	92	35
	<u>103</u>	<u>36</u>

(a) As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a risco baixo de mudança de valor. São remuneradas por taxas médias de 99,62% do CDI em 2025 e 2024, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

4 Créditos a receber

Compreendem os saldos de créditos a receber da Companhia:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
JVJ Energia e Participações LTDA	3.765	3.765
	<u>3.765</u>	<u>3.765</u>

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2024, a Cia celebrou o contrato de compra a venda de sua participação na NGP Nova Geração e Participações S.A. (“NGP”). O preço de aquisição prevê que a Companhia, terá direito ao recebimento do valor de R\$ 3.765. Esse valor será devido com a publicação, pelas autoridades competentes, da licença de operação referente a construção do gaseificador da PCN Suzano SPE S.A., no qual a NGP detém 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) de participação.

5 Partes Relacionadas

Os saldos finais das transações ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024, estão apresentados:

Ativo

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (i)	4.067	2.211
Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (i)	552	-
	<u>4.619</u>	<u>2.211</u>
Não circulante		
Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (i)	7.085	1.033
	<u>7.085</u>	<u>1.033</u>
Total do ativo	<u>11.704</u>	<u>3.244</u>

Passivo

	31/12/2025	31/12/2023
Não circulante		
BMPI Infra S.A. (ii)	3.530	1.530
	<u>3.530</u>	<u>1.530</u>
Total do passivo	<u>3.530</u>	<u>1.530</u>

- (i) Dividendos a receber.
 (ii) Dividendos a pagar.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

6 Investimentos

a) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

	2025				
	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Investida					
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	49,00	95.351	7.271	50.285	3.771
Viasolo Engenharia Ambiental – ágio	-	-	-	1.879	-
Essencis Minas Gerais S.A.	33,33	29.220	8.107	12.441	2.702
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.	27,50	46.803	(968)	12.605	(266)
				77.210	6.207

	2025				
	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Investida					
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	49,00	98.711	11.404	48.370	5.589
Viasolo Engenharia Ambiental – ágio	-	-	-	1.879	-
Essencis Minas Gerais S.A.	33,33	49.034	7.368	16.343	2.457
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.	27,50	46.803	(685)	12.871	(188)
				79.463	7.725

DS BLS DS Rubrica GB DS FB

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

b) A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Investida direta	31/12/2024	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	48.370	(1.856)	3.771	50.285
Viasolo Engenharia Ambiental S.A. – ágio	1.879	-	-	1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	16.343	(6.604)	2.702	12.441
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.	12.871	-	(266)	12.605
Total	79.463	(8.460)	6.207	77.210

Investida direta	31/12/2023	Venda de participação	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	42.781	-	-	5.589	48.370
Viasolo Engenharia Ambiental – ágio	1.879	-	-	-	1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	14.500	-	(614)	2.457	16.343
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.	13.059	-	-	(188)	12.871
NGP Nova Geração Participações S.A. (i)	702	(569)	-	(133)	-
NGP Nova Geração Participações S.A. – ágio (i)	750	(750)	-	-	-
Total	73.671	1.319	(614)	7.725	79.463

(i) Em 2024, a Companhia alienou sua participação acionária na NGP Nova Geração Participações S.A., deixando de possuir qualquer participação na investida em 2025.

DS BLS DS Rubrica GB DS FB

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) A seguir, a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

2025	Saldo Inicial	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal a compensar	15	(1)	14	14	-
Exclusões temporárias	(453)	-	(453)	-	(453)
Imposto diferido	(438)	(1)	(439)	14	(453)

2024	Saldo Inicial	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal a compensar	-	15	15	15	-
Exclusões temporárias	-	(453)	(453)	-	(453)
Imposto diferido	-	(438)	(438)	15	(453)

b) A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados no resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.217	9.041
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
IRPJ / CSLL nominal	(2.114)	(3.074)
Equivalência patrimonial	2.111	2.626
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores reconhecido	-	15
Outros	-	(5)
IRPJ / CSLL no resultado do exercício	(3)	(438)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1)	(438)
IRPJ / CSLL corrente e diferido	(3)	(438)

8 Patrimônio líquido**8.1 Capital social**

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 6.133, totalmente integralizado e composto por 6.132.764 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

8.2 Reserva de capital

Sob essa rubrica encontram-se apropriados os valores integrados pelos acionistas que ultrapassaram a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal em relação a importância destinada à formação do capital social.

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

8.3 Reserva de lucros

A distribuição de lucros obedece às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações, exceto quando a assembleia de acionistas deliberar de forma diferente: 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social.

No exercício de 2025 a Companhia realizou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.000, sendo R\$ 1.554 a título de mínimos obrigatórios e R\$ 446 a débito de reserva de lucros (não foram distribuídos dividendos em 2024).

8.4 Reserva Legal

Em 2025 e 2024 não foi constituído reserva legal devido o saldo ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

9 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços contratados	(2)	(55)
Outros	(1)	(6)
	(3)	(61)

10 Outras Receitas e Despesas Operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Ganho de capital na alienação de investimentos (i)	-	1.343
	-	1.343

(i) Resultado na alienação da participação da NGP Nova Geração Participações S.A, ocorrida em 2024.

11 Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	13	33
	13	33
Resultado financeiro líquido	13	33

12 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

aprovadas pelos acionistas.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

a) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos. Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo.

b) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

13 Provisão para riscos

A Companhia, não é parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

14 Transações que não afetaram caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos distribuídos não recebidos - partes relacionadas	(8.460)	(350)
Dividendos distribuídos não pagos - partes relacionadas	(2.000)	-
Venda investimento não recebido - baixa investimento	-	(1.317)
Venda investimento não recebido - ganho de capital	-	(1.343)
Venda investimento não recebido - partes relacionadas	-	(1.105)
	<u>(6.460)</u>	<u>(4.115)</u>

AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

DocuSigned by:
Bruno Costa Carvalho Sena
6B496E4486C9420...

Bruno Costa Carvalho de Sena
Diretor Presidente

DocuSigned by:
Alícia Maria Gross Figueiró
D183309D5090488...

Alícia Maria Gross Figueiró
Diretora Administrativo Financeiro

Assinado por:
Gustavo Barreiro
5DB4668D2BF84FC...

Gustavo Luis Barreiro
Diretor de Investimentos

DocuSigned by:
Farley Vasconcelos Botelho
F121D101834344B...

Farley Vasconcelos Botelho
Contador CRCMG 84.315/O-8

* * *